



EDITORIAL

37 anos de entrega à causa!

Há quase trinta e sete anos, mais precisamente no dia 10 de Junho de 1989, a Assembleia-Geral da Comissão Nacional de Sargentos, reuniu no salão da Voz do Operário, em Lisboa, para discussão e aprovação dos Estatutos e eleição da Comissão Instaladora da ANS – Associação Nacional de Sargentos.

Esta data ficou para sempre como sendo o dia do nascimento oficial da nossa associação, concretizando-se assim a decisão histórica tomada por mais de quatro mil Sargentos reunidos no extinto Pavilhão do Sacavenense, em 1 de Abril do mesmo ano, naquele que ficou para a História como o 1º Encontro Nacional de Sargentos.

A criação da ANS foi um abanão no seio militar e na sociedade em geral. Defendida e acarinhada por uma classe desprovida de direitos e dignidade, olhada com desconfiança pelos sectores intermédios da hierarquia e hostilizada pelas chefias e tutela política. Para muitos, não passávamos de meros aventureiros e de um conjunto de indisciplinados cuja vida associativa não duraria mais de seis meses. Para os mais radicais, tratava-se de uma aventura que teria rapidamente de ser derrotada pois, se vingasse, seria o fim das Forças Armadas.

Mas, afinal, a ANS vingou! Uns e outros estavam completamente enganados! Não só os seis meses de vida erradamente vaticinados se transformaram em trinta e sete anos de um percurso grandioso de determinada afirmação, como também as Forças Armadas não viram o seu fim! Aliás, a ANS tem sido, ao longo da sua história, um factor incansável na defesa da Instituição Militar, opondo-se com firmeza aos mais variados e profundos ataques à Condição Militar perpetrados pelos sucessivos governos nas últimas três décadas e meia, esses sim, susceptíveis de conduzir à descaracterização das Forças Armadas e, no limite, ao seu fim, concretizando o trabalho daquilo a que já chamámos “Comissão Liquidatária das Forças Armadas”!

Têm sido trinta e sete anos de duras lutas, de batalhas vencidas, mas também de alguns desaires. Contudo, fazendo um balanço honesto a todo o percurso, diremos sem vacilar que valeu bem a pena! O saldo pode e deve ser considerado positivo. Com confiança, determinação e unidade vencemos perseguições, penas disciplinares, tentativas de ilegalização, manobras de divisão, processos de desvalorização, até atitudes concertadas de ostracismo.

Pela nossa firmeza e coragem, pela nossa postura disciplinada, serena, mas determinada, mesmo nas situações mais difíceis, quantas vezes desafiados para a aventura, mas que sempre soubemos conter, ganhámos o respeito da sociedade, o prestígio interno e externo, o reconhecimento de grande parte dos que de nós duvidavam. E continuamos num trajecto contínuo de defender a dignidade daqueles que abnegadamente representamos!

Nos últimos anos assistimos a uma contínua e bem urdida mistificação em torno das alegadas melhorias nas Forças Armadas. No entanto, o continuado desinvestimento, que sempre denunciámos, conduziu à descaracterização (próxima do desmantelamento) da Instituição, pondo em risco o cumprimento da sua missão constitucional, levando à exaustão dos meios, dos homens e mulheres que nela servem, acelerando a desmotivação e a vontade de sair por parte de quem tudo tem dado para servir Portugal nas Forças Armadas.

Ter Forças Armadas não é um luxo. É uma necessidade de qualquer país que se quer independente e soberano. Sendo a sua existência um pilar fundamental da defesa da independência nacional e da soberania, torna-se urgente reverter a descaracterização, tornar aliciante servir nas Forças Armadas.

Sabemos que tal objectivo não se alcança, nem é possível alcançar, de um dia para o outro, mas também sabemos e reconhecemos que tudo se torna mais fácil se existir uma vontade séria de diálogo entre as tutelas política e militar e os representantes socioprofissionais dos militares.

Não basta participar em bonitas cerimónias, proferindo lindas palavras, se as mesmas não corresponderem aos actos e medidas praticadas. Quando sabemos estarem em curso trabalhos para introduzir alterações ao EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) à revelia das associações socioprofissionais, não podemos calar a revolta, pois também sabemos que as anteriores alterações ao EMFAR, feitas sem a participação das associações, traduziram-se numa peça significativa da descaracterização das Forças Armadas e da desmotivação reinante nos quartéis.

Na mesma medida, assistimos à habidiosa mistificação, por meias verdades, sobre o “aumento dos vencimentos dos militares”, tão profusamente anunciado pelo ministro da tutela. Ora, em boa verdade,

na tabela dos vencimentos dos militares apenas foram efectivamente aumentados os postos da Categoria de Praças (excepto o Cabo-Mor) e, na Categoria de Sargentos, apenas foram aumentados os dois postos na base da Categoria, apenas existentes para o Regime de Contrato. Ou seja, para sermos claros, objectivos e desmentir a peça montada pela tutela, os Sargentos, Oficiais e Cabos-Mor, dos Quadros Permanentes, não tiveram qualquer aumento nos seus vencimentos base.

Sem um diálogo sério e construtivo sobre estas matérias corre-se o risco que os danos se tornem irreversíveis. Como temos reiteradamente afirmado, estaremos sempre disponíveis para dar o nosso contributo para defender a Condição Militar, as Forças Armadas e Portugal. Queremos ser sempre parte da solução, rejeitando fazer parte do problema. Quem não acre-

ditar na sinceridade destes propósitos estará tão enganado como aqueles que há trinta e sete anos não nos davam mais do que seis meses de vida.

O nosso percurso, apesar dos escolhos, é pleno de glória, a tal ponto que a história das Forças Armadas das últimas quase quatro décadas nunca ficará completa se não for dedicado um capítulo ao associativismo socioprofissional do qual a ANS, não só por ter sido precursora, mas fundamentalmente pelo trajecto feito, é um elemento crucial.

Hoje, como há trinta e sete anos atrás, a causa da dignificação dos Sargentos de Portugal, das Forças Armadas e a Defesa da Condição Militar é o mote da nossa acção e, nesta nobre causa, com confiança, determinação e unidade, concentramos os nossos esforços, empenhamento e experiência. ▲



CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do Artigo 9º, dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos, convoco os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Leopoldo de Almeida, 5 B, Lumiar, em Lisboa, no dia 5 de Junho de 2026, Sexta-feira, pelas dezassete horas e trinta minutos (17H30), com o objectivo seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Apresentação e votação de proposta de alteração do valor da quota.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do Artigo 11º dos Estatutos.

Lisboa, 28 de Abril de 2026

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão



ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA É Fundamental o Reforço da Massa Associativa

Dando cumprimento às obrigações legais e estatutárias, realizou-se no passado dia 30 de Março, presencialmente na sede da ANS e também em videoconferência, a Assembleia Geral Ordinária, conforme a convocatória publicada na anterior edição deste jornal e posteriormente enviada por correio, com o objectivo de discutir e votar o Relatório e Contas do Ano de 2025, bem como, fazer a discussão e votação do Orçamento e Plano para o Ano de 2026.

Na mesa dos trabalhos estavam o Vice-presidente da Assembleia Geral, Vitor Marques Alves, o Vice-presidente da Direcção, Rogério Graça, o Presidente do

Conselho Fiscal, José Galvão e o Tesoureiro, José Pereira. O Presidente da Direcção, João Mata, assim como outros dirigentes e associados, estavam presentes via videoconferência.

Depois das apresentações feitas pelo Presidente da Direcção, pelo Tesoureiro e exposto o “Parecer” do Conselho Fiscal, o Relatório e Contas e o Orçamento e Plano foram aprovados por unanimidade e aclamação.

No período dado às intervenções dos associados, para além do reconhecimento pelo excelente trabalho efectuado pelos actuais dirigentes, apesar de todas as dificuldades pelo facto de a esmagadora maioria se encontrar no serviço Activo, foi colocada a necessidade de se ponderar uma eventual actualização do valor da quotização e foi acentuada a importância do reforço da massa associativa, não apenas pela angariação de novos associados, mas também pela recuperação de sócios que tenham a sua situação não regularizada. Foi igualmente referida a necessidade e importância do contacto com os delegados e dirigentes que se encontram nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos militares por todo o País.

O reforço da massa associativa da ANS e a sua organização efectiva no terreno, são aspectos fundamentais para continuar o sempre necessário trabalho na defesa dos direitos dos Sargentos e suas famílias.

No encerramento, o Vice-presidente da Assembleia Geral saudou o trabalho efectuado e reforçou o apelo à participação efectiva dos dirigentes, delegados e associados, em geral, pois essa é, e será sempre, a maior força e razão de ser desta associação. ▲



*“O vosso tanque, general, é um carro forte.
Derruba uma floresta, esmaga cem homens,
mas tem um defeito:
precisa de um motorista!
O vosso bombardeiro, general, é poderoso.
Voa mais depressa que a tempestade
e transporta mais carga que um elefante,
mas tem um defeito:
precisa de um piloto!
- O Homem, meu general, é muito útil:
sabe voar, e sabe matar.
Mas tem um defeito:
sabe pensar!”*

Bertold Brecht

*A discórdia divide os inocentes;
A mentira protege os culpados;
E a manipulação confunde os ingénuos.*

Aristóteles

35 anos do reeditado “O Sargento” ...

Depois de um interregno de 100 anos, o jornal “O Sargento” voltou a ser editado em 31 de Janeiro de 1991, em plenas comemorações do centenário da Revolta do Porto, na sequência da qual tinha sido suspenso e ilegalizado.

O jornal tinha visto a “luz do dia” pela primeira vez, em 29 de Julho de 1888, assumindo-se como semanário dedicado aos Sargentos e Músicos do Exército. Nesse primeiro número, Vaz da Silva faz a apresentação: *“Nasceu! ... Ei-lo a patentear-se ao Mundo cheio de vida, de fé, de coragem e de inteireza na convicção do papel pacífico, útil e harmonioso para com a sociedade, que é chamado a desempenhar. Mas... que vida terá?”*



O jornal foi silenciado na sequência da derrota da Revolta do Porto em 31 de Janeiro de 1891, trinta meses após o seu nascimento. Foram dois anos e meio de uma voz insubmissa, mobilizadora e que deu espaço à demarcação das águas nos dias que antecederam a Revolta.

Cem anos depois a ANS tomou nas suas mãos reeditar o jornal “O Sargento”, com objectivos idênticos e a mesma ousadia e determinação. No editorial do nº 1 do nosso reeditado “O Sargento”, a dado passo, dizia-se: *“... o leitor espera de um jornal que ele seja o amigo sereno, um confidente informado e verdadeiro. O companheiro responsável, o companheiro tanto para os dias de esperança como para as horas de preocupação.”*

Terminava o mesmo editorial reflectindo um desejo premonitório: *“A vontade comum de todos quantos fazemos e lemos o “O Sargento” é a força que irá dar vida prolongada a este jornal”.*

Assim tem sido ao longo destes 35 anos de edição contínua. O nosso jornal impôs-se pelo seu conteúdo único e especializado sobre a questão militar especialmente dedicada aos Sargentos, por continuar corajosamente a ser uma voz insubmissa e independente de tutelas, por reflectir as aspirações e preocupações deste universo específico que lhe dá o nome e que em última análise tem que prestar contas e justificar as suas opções.

A importância que o jornal “O Sargento” ganhou no panorama da informação militar é evidente, podendo ser medida pela inconfidência, feita há uns anos, por um Oficial Superior, que nos dizia: *“você (os Sargentos) têm no vosso jornal uma arma poderosíssima, mais importante do que julgam. As tutelas civis e militares não o lêem, estudam-no!”*



Neste 35º aniversário da nova vida de publicação, cabe uma palavra de apreço e homenagem aos seus anteriores Directores, Armando Parreira e Álvaro Martins, que pugnaram pelo compromisso - e deseavelmente tudo faremos para assim prosseguir - de tudo fazer para que o “O Sargento” não deixe de ser o que foi e tem sido na defesa dos interesses de todos aqueles a quem se dirige, em prol da dignificação das Forças Armadas e dos Sargentos de Portugal. ▲

O Director
António Lima Coelho



Novo General CEMGFA

O General João Cartaxo Alves nasceu em Almada, em Dezembro de 1962. Militar oriundo da Força Aérea Portuguesa, ingressou na Academia Militar em 1980, no Curso de Ciências Militares Aeronáuticas, tendo sido brevetado Piloto-Aviador em 1985, na Base Aérea nº 1, em Sintra.

Iniciou a carreira operacional na Base Aérea nº 5, em Monte Real, onde frequentou o Curso Complementar de Aeronaves de Combate em aeronaves T-33, na Esquadra 103. Seguiram-se colocações na Base Aérea nº 3, em Tancos, onde concluiu o curso complementar de aeronaves multimotores no CASA C-212 Aviocar, integrando a Esquadra 111 e, posteriormente, a Esquadra de Transportes 502. Mais tarde transitou para a Esquadra 501, na Base Aérea nº 6, no Montijo, onde se qualificou no C 130H. Em 1998 foi nomeado Comandante daquela esquadra, cargo que desempenhou até 2002, participando em várias missões nacionais e da NATO, entre as quais IFOR, SFOR, KFOR, UNTAET, Alba e ISAF.

Detentor do Curso Geral de Guerra Aérea, ministrado pelo Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, foi posteriormente destacado para a NATO, em Kalkar, Alemanha, onde integrou o Reaction Force Air Staff. Em 2005 passou a integrar o módulo inicial do Joint Air Power Competence Centre – primeiro Centro de Excelência da NATO – onde foi responsável pela área do Transporte Aéreo.

Promovido a Coronel, assumiu em 2007 as funções de Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional da Força Aérea e, entre 2008 e 2010, as de Comandante da Base Aérea nº 6.

Após frequentar o Curso de Promoção a Oficial General no Instituto de Estudos Superiores Militares, desempenhou funções como Director de Operações do Comando Aéreo e do NATO Combined Air Operations Centre 10, em Monsanto, bem como de 2º Comandante do Comando Aéreo.

Já como Brigadeiro-General integrou o NATO Combined Air Operations Centre de Torrejón, em Espanha, onde exerceu funções de Director de Operações.

Promovido a Major-General, assumiu o cargo de Director de Instrução da Força Aérea, regressando posteriormente ao Comando Aéreo como 2º Comandante, onde exerceu também funções de Comandante Aéreo interino.

Seguiram-se funções como Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e, posteriormente, como Subdirector-Geral de Recursos da Defesa Nacional, acumulando responsabilidades de representação nacional em diversos órgãos da NATO e da Agência Europeia de Defesa.

Regressado à Força Aérea, foi nomeado em Maio de 2019 Comandante da Logística da Força Aérea.

Entre Fevereiro de 2022 e Fevereiro de 2026 exerceu funções como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Ao longo da sua carreira recebeu vários louvores, menções de apreço e foi galardoado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

Ao longo da carreira como piloto-aviador acumulou mais de 9000 horas de voo em vários tipos de aeronaves.

Foi nomeado Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a 2 de Março de 2026. ▲



Novo General CEMFA

O General Sérgio Roberto Leite da Costa Pereira é natural de Braga e ingressou na Academia da Força Aérea em 1984.

Após concluir a licenciatura em Ciências Militares Aeronáuticas em 1988 e obter o brevet de Piloto-Aviador, desempenhou diversas funções operacionais, tanto como piloto operacional de helicópteros como de piloto instrutor.

Como Major, em 2001, foi destacado para Timor-Leste, onde comandou o Destacamento de Helicópteros das Nações Unidas, integrado na Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET).

Entre 2002 e 2004, já de regresso a Portugal, assumiu o comando da Esquadra 552 e foi nomeado 2º Comandante do Destacamento da Esquadra 201 (F-16) para as avaliações de *Operation Evaluation* (NATO OPEVAL) e *Operational Access* (OPACCESS).

Em 2004, foi nomeado professor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA) e, simultaneamente, desempenhou funções de Assessor Militar do Primeiro-Ministro e do Ministério da Defesa Nacional para questões de Defesa Aérea – *Renegade*.

Entre 2005 e 2009, após concluir o Curso de Estado-Maior Conjunto, no Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional, em Espanha, regressou às funções de professor no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e na Escola Superior de Guerra de Angola. As suas áreas de especialização incluíram Poder Aéreo e Espacial, Planeamento Operacional e Operações Aéreas, sendo autor de vários artigos.

De 2009 a 2012, como Coronel, serviu no NATO *Supreme Allied Commander Transformation* (SACT), nos Estados Unidos, desempenhando as funções de *Deputy Branch Head of the Concept Development and Experimentation Branch*, da *Capability Development Division*.

Entre 2012 e 2014, chefiou a Divisão de Planeamento (J5), no Estado-Maior Conjunto para as Operações Militares do EMGFA, foi Subdirector da Direcção de Instrução da Força Aérea entre 2014 e 2015, assumindo posteriormente as funções de Comandante da Base Aérea nº 1, em Sintra, de 2015 a 2017, até à sua nomeação para o Curso de Oficial General.

Após concluir o curso, exerceu funções de Chefe da Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Força Aérea.

Em 2019, promovido a Brigadeiro-General, foi nomeado Director de Operações Aéreas do *Combined Air Operations Centre* Torrejón, da NATO, onde permaneceu até 2022, ano em que, como Major-General, foi designado Director de Pessoal da Força Aérea. Nesse mesmo ano e até Janeiro de 2024, desempenhou funções como Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, até ser promovido a Tenente-General e assumir o cargo de Comandante do Pessoal da Força Aérea, durante um ano, sendo designado Comandante Aéreo em 06 de Janeiro de 2025.

Em 2025, acumulou igualmente o cargo de Secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional, até 2 de Março de 2026, dia em que foi nomeado Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e promovido a General.

Da sua folha de serviço constam vários louvores e condecorações. ▲



Novo Assessor do CEMGFA

O Sargento-Mor José João dos Santos Pereira nasceu em Sintra, em Agosto de 1968.

Em Setembro de 1989 ingressou na Força Aérea Portuguesa, na Base Aérea nº 3, em Tancos, para o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório.

Em 15 de Dezembro de 1989 completou o curso de Formação de Praças/SEN AMA, tendo sido colocado na Academia da Força Aérea (AFA), onde passou a desempenhar funções na Secretaria do Comando.

Iniciou o Curso de Formação de Sargentos em 16 de Setembro de 1991, ingressando no Quadro Permanente em 28 de Julho de 1994. Foi colocado na AFA, desempenhou funções na Esquadilha de Pessoal. Passou a desempenhar funções de Adjunto do Chefe do Gabinete do Comando em Janeiro de 1995, em acumulação com as funções de Delegado de Segurança em Terra.

Em 16 de Outubro de 2017, foi colocado na Direção de Pessoal (DP), onde desempenhou funções na Avaliação do Mérito da Repartição de Carreiras e Promoções.

Em 19 de Fevereiro de 2018, foi colocado na Unidade de Apoio de Lisboa (UAL), desempenhando funções na Secretaria em acumulação com funções no Gabinete do Comando da Unidade.

Após a conclusão do Curso de Promoção a Sargento-Chefe, em Julho de 2019, frequentou e concluiu o *NCO Advanced Leadership*, na *NATO School, Oberammergau*, Alemanha.

Mantém desde essa data a colaboração com o Curso de Promoção de Sargento-Chefe, onde, para além de palestras sobre Metodologia de Investigação e Gestão de Conflitos, se incluem diversas temáticas sobre a carreira dos Sargentos.

Após a promoção ao posto de Sargento-Chefe, em 26 de Setembro de 2019, foi colocado no Comando de Pessoal (CPESFA), onde desempenhou as funções de Chefe da Secretaria do CPESFA.

Em Setembro de 2021, foi colocado no Gabinete do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Paris, onde desempenhou funções que abrangem o apoio às Forças Armadas Portuguesas em França, em Itália, na Grécia e nos Países Baixos.

Em 01 de Novembro de 2024, regressou ao CPESFA, onde passou a desempenhar as funções de Chefe de Secretaria. Na mesma data assumiu as funções de Membro por Inerência nos Conselhos de Especialidade, referente à especialidade de Secretariado e Apoio dos Serviços.

A 02 de Janeiro de 2025, a convite do General CEMFA, assumiu as funções de Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos.

Em Março de 2026, a convite do General CEMGFA, assumiu as funções de Assessor do CEMGFA para a Categoria de Sargentos.

Da sua folha de serviço constam diversas Condecorações, Louvores e Menções Honrosas.

É licenciado (Pré-Bolonha) em Arquitetura pela Universidade Lusíada de Lisboa. ▲



Novo Assessor do CEMA

O Sargento-Mor Carlos Alberto Plácido de Andrade, da classe de Radaristas, nasceu a 19 de Janeiro de 1972, em Almada.

Ingressou na Marinha Portuguesa em 29 de Maio de 1990, tendo realizado a Instrução Militar Básica no Grupo nº 1 de Escolas da Armada – Escola de Alunos Marinheiros (G1EA-EAM), em Vila Franca de Xira.

Ainda no G1EA, frequentou o Curso de Formação Técnica (CFT) de Radaristas, na Escola de Informações de Combate (EIC), curso que concluiu em Maio de 1991. Nesse mesmo mês, deu início ao seu percurso no mar ao embarcar na Fragata Comandante Roberto Ivens, onde realizou a primeira de várias missões no âmbito da NATO. Completou embarques nas fragatas Vasco da Gama e Bartolomeu Dias, bem como diversas diligências em outros navios destas classes, totalizando, ao longo da sua carreira, mais de 45 mil horas de navegação.

Em Abril de 2000, concluiu o curso de Controlador de Helicópteros, função que desempenhou durante cerca de 15 anos. Foi no âmbito destas competências que, em 2009, integrou o staff português da SNMG1 como Controlador de Aeronaves (SAC). Entre Setembro de 2014 e Junho de 2017, exerceu as funções de Supervisor do Centro de Operações na Fragata Bartolomeu Dias. Em meados de 2017, após mais de 25 anos ligado à área das Operações, transitou para a área das Informações, onde permaneceu como Analista no Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais (CADOP) até Dezembro de 2023.

Foi promovido ao posto de Sargento-Mor em 1 de Março de 2022 e assumiu o cargo de Assessor do CEMA e AMN para a Categoria de Sargentos a 17 de Abril de 2026.

Da sua folha de serviços constam diversos louvores e condecorações. ▲



Novo Assessor do CEMFA

O Sargento-Mor José Paulo Cancela Conde nasceu em Assentiz, Torres Novas, em Abril de 1968.

Em Julho de 1986 ingressou na Força Aérea como voluntário, na Base Aérea nº 3 (BA3), em Tancos e em 11 de Maio de 1987, completou, na Escola Militar de Eletromecânica (EMEL), em Paço de Arcos, o curso de Cabo Especialista Mecânico de Electrónica (MELECA), tendo sido colocado na BA3.

Em 29 de Junho de 1991 terminou o Curso de Formação de Sargentos do Quadro Permanente, tendo sido colocado na Base Aérea nº 5 (BA5), em Monte Real.

Em 17 de Janeiro de 1994, iniciou uma formação nos Estados Unidos (Texas), e posteriormente frequentou um curso em Israel.

Em 1 de Fevereiro de 2000, participou na missão internacional CNUNTAET (Timor).

A 1 de Outubro de 2001, foi colocado no Laboratório de Equipamentos de Medida e Precisão como técnico de calibração na BA5.

Após a conclusão do Curso de Promoção a Sargento-Chefe, em Abril de 2019, iniciou a chefia da Secção Calibração Laboratorial, acumulando funções como Adjunto de Delegado de Segurança Militar.

Em Março de 2025 foi promovido ao posto de Sargento-Mor, tendo sido colocado no Centro de Manutenção Eletrónica (CME), em Monsanto, onde desempenhou as funções de Adjunto para o Planeamento e Controlo de Manutenção Eletrónica, tendo também a responsabilidade de gerir a especialidade MELECA. Assumiu as funções de Membro, por Inerência, nos Conselhos de Especialidade.

Em 12 de Março de 2026, a convite do General CEMFA, assumiu as funções de Assessor do General CEMFA para a Categoria de Sargentos.

Da sua folha de serviço constam diversos Louvores e Medalhas. ▲



CSA - Delegação nº 1 Comemora 42 anos

No passado 9 de Maio de 2026, o Clube do Sargento da Armada (CSA) assinalou o 42º Aniversário da Delegação nº 1, no Feijó. A ANS, representada pelo Presidente do Conselho Fiscal, José Galvão, teve o privilégio e a honra de estar presente nesta celebração a convite do CSA, tendo endereçado os parabéns aos dirigentes do CSA pela forma como têm dinamizado todas as actividades que ali se vêm realizando, agradecendo ainda toda a disponibilidade e apoio prestado em iniciativas da ANS e reiterando a disponibilidade da nossa associação para, juntos, continuarmos a trabalhar em prol dos Sargentos.

Esta comemoração teve a presença da Presidente da Câmara Municipal de Almada, do Comandante da Esco-



la de Fuzileiros, do Sargento-Mor Assessor do Almirante CEMA, do Sargento-Mor Adjunto do Director da ETNA, para além de dezenas de associados e familiares. Muitos foram os exemplos de reencontro depois de muito tempo longe do contacto, antes partilhado diariamente quer ao serviço da Marinha, quer no convívio associativo nas instalações do Clube do Sargento da Armada.

O responsável pela Comissão Administrativa, que gere as intensas actividades da Delegação nº 1, no Feijó, António Campos Dias, na sua intervenção agradeceu a todos os colaboradores o empenho diário para a manu-



tenção do normal funcionamento da Delegação, mesmo com todas as dificuldades encontradas.

O Coro Polifónico do CSA actuou dirigido pelo Maestro Euclides Pio.

Fazemos votos para que, por muitos mais anos, a Delegação nº 1 do CSA, no Feijó, continue a comemorar a sua existência de forma activa na companhia de associados, dirigentes e muitos amigos. ▲



A Família Esquecida: O Pilar Invisível das Forças Armadas

As Forças Armadas Portuguesas assentam em pilares bem definidos: disciplina, hierarquia, missão e espírito de corpo. No entanto, há um outro pilar, silencioso e frequentemente negligenciado, que sustenta diariamente a capacidade operacional da instituição: a Família do Militar.

Essa Família que não veste uniforme, mas que vive em permanente estado de disponibilidade.

A condição militar implica, por natureza, exigências que ultrapassam o plano individual. Horários imprevisíveis, serviços sucessivos, deslocamentos constantes, destacamentos prolongados e missões inesperadas fazem parte do quotidiano. Contudo, estas exigências não recaem apenas sobre o militar, estendem-se, de forma direta e contínua, ao seu núcleo familiar.



Diversos estudos académicos realizados em Portugal têm demonstrado que a vida militar tem impactos significativos na estrutura e dinâmica familiar, obrigando a constantes adaptações e gerando níveis elevados de desgaste emocional. A participação em missões, em particular, está

associada a alterações na relação conjugal, na parentalidade e na estabilidade familiar.

Para além disso, a exposição prolongada ao stress operacional, mesmo fora de cenários de combate, tem efeitos psicológicos relevantes nos militares, como ansiedade, fadiga crónica e outras perturbações emocionais. Estes efeitos não se confinam ao indivíduo; refletem-se inevitavelmente no ambiente familiar, afetando a comunicação, a proximidade e o equilíbrio emocional dentro de casa.

Estamos, assim, perante uma realidade que ultrapassa o plano profissional e entra claramente no domínio social e humano.

E, no entanto, continua a ser tratada como periférica.

A Família do Militar vive entre ausências frequentes e incertezas constantes. Vive com horários que mudam sem aviso, com a ausência em momentos importantes da vida familiar e com a necessidade de reorganizar permanentemente o quotidiano. Vive, muitas vezes, sem o apoio estruturado que a especificidade desta condição exigiria.

Esta realidade tem consequências.

Embora não existam dados públicos sistematizados e transparentes sobre as taxas de divórcio nas Forças Armadas Portuguesas, a percepção interna, sustentada por múltiplos testemunhos, aponta para níveis elevados de rutura conjugal. Esta ausência de dados oficiais não invalida o problema; pelo contrário, evidencia a necessidade de o estudar e reconhecer formalmente.

A instabilidade familiar não surge por



acaso. Surge de um contexto onde a exigência é permanente e o apoio é insuficiente.

Uma relação exige presença, tempo e previsibilidade mínima, três elementos que a vida militar, nas condições atuais, frequentemente não consegue garantir.

O resultado é um desgaste progressivo, muitas vezes silencioso, mas profundamente real.

Famílias que se fragmentam.

Relações que não resistem ao ritmo imposto.

Filhos que crescem com ausências difíceis de compensar.

Importa sublinhar que este não é apenas um problema individual ou familiar. É um problema institucional.

Um militar não se desliga da sua realidade pessoal quando entra ao serviço. A instabilidade familiar traduz-se em desgaste emocional, diminuição da motivação e impacto direto na concentração e na prontidão operacional.

Ignorar esta dimensão é comprometer a eficácia da própria organização.

Apesar disso, as respostas institucionais continuam aquém do necessário. Os

mecanismos de apoio às famílias militares são limitados, pouco visíveis e, em muitos casos, desajustados à realidade atual das Forças Armadas.

A ausência de uma política integrada de apoio à família do militar revela uma lacuna estrutural que importa corrigir com urgência.

Não se trata de reduzir a exigência da condição militar, essa faz parte da sua essência. Trata-se, sim, de reconhecer que essa exigência tem um impacto alargado e que deve ser acompanhada por medidas concretas de apoio, proteção e valorização das famílias.

A retenção de recursos humanos, hoje um dos maiores desafios das Forças Armadas, não se resolve apenas com incentivos financeiros ou melhorias de carreira. Resolve-se também com estabilidade, com previsibilidade e com a garantia de que a instituição não abandona aqueles que sustentam, em silêncio, o serviço dos seus militares.

Porque há uma verdade que não pode continuar a ser ignorada:

Nenhum militar serve sozinho.

Por detrás de cada missão cumprida, há uma família que espera, que suporta e que adapta a sua vida às exigências da instituição.

Reconhecer esse papel não é um gesto de sensibilidade, é uma necessidade estratégica.

Porque uma Instituição que ignora a Família do Militar não está apenas a falhar no apoio, está a comprometer a sua própria sustentabilidade.

Ernesto Rebocho
SCH/Reserva ▲



Sonhar um Exemplar da Constituição em cada Lar!

No dia 2 de Abril de 1976 nasceu a Constituição da República Portuguesa (CRP), a Lei Fundamental que os Militares juram guardar e fazer guardar! Apesar das alterações que tem sofrido, ainda consagra os direitos que assistem aos cidadãos.



Início da última sessão da Assembleia Constituinte, Lisboa, em 2 de Abril de 1976. Eleita em 25 de Abril de 1975 para aprovar a Constituição saída da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974, foi dissolvida com a aprovação da Constituição da República Portuguesa
Fotografia de Luís Vasconcelos/LUSA

No dia 2 de Abril passaram 50 anos sobre a data da aprovação do texto da Constituição da República Portuguesa. Os deputados da Assembleia Constituinte, apenas com o voto contra da bancada do CDS, votaram o texto da nossa Lei Fundamental.

Após 48 anos do regime ditatorial, o texto da Lei Fundamental assumiu um sentido progressista, de consagração de direitos, nomeadamente nas áreas da educação, protecção social, trabalho, habitação e saúde. Mas também consagrou o reconhecimento de inúmeras liberdades. Entre outras, a liberdade de imprensa, de associação e de partidos políticos, liberdade sindical, de criação e fruição cultural, e liberdade de consciência.

Pelo efeito da sua aplicação na sociedade portuguesa, muitas foram as mudanças operadas na promoção, criação e manutenção de estruturas sociais, laborais e políticas, que constituem o maior garante da actualidade do projecto saído da Revolução do 25 de Abril.



Presidente da República, António José Seguro, na sessão solene, no âmbito dos 50 anos da CRP
Fotografia Paulo Spranger - DN

A Constituição da República não foi, desde o seu início, apenas um acervo de normas, mas um modelo e um projecto de sociedade democrática e popular. As sete revisões de que foi alvo fragilizaram-na do ponto de vista democrático, mas não atingiram o seu carácter progressista nem a forte ligação aos direitos mais fundamentais dos cidadãos.

As intenções de descaracterização e de esvaziamento das funções sociais que ainda consagra, constituem um perigo para o desenvolvimento nacional.

Ao contrário do que algumas vozes pretendem confundir, a Lei Fundamental do País não é uma fonte de problemas. Na verdade, conforme referiu o António José Seguro na sessão solene dos 50 anos da CRP, na Assembleia da República, muitos dos problemas advêm do seu incumprimento, mas também de práticas políticas divergentes dos seus princípios fundamentais.

Importa continuar a alimentar o sonho, ainda que eventualmente utópico, de ver, um dia, um exemplar da CRP em cada lar, pois os cidadãos só podem cumprir e exigir os seus direitos se conhecerem a sua Lei Fundamental. Conhecer a Lei que consagra os seus deveres e direitos fundamentais é também defender a Constituição da República.

Há mais de cinco anos, em 29 de Abril de 2021, foi aprovada a Resolução da Assembleia da República nº 170/2021, cujo texto se transcreve:

“Propõe a oferta de um exemplar da Constituição da República Portuguesa a cada estudante do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário

A Assembleia da República, nos termos do nº 5 do artigo 166º da Constituição da República, na celebração do 45º aniversário da Constituição da República Portuguesa, honrando o compromisso para com a Democracia e o Estado de Direito, fazendo cumprir o direito à educação na sua mais plena acepção, resolve oferecer a cada estudante, do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, uma edição da Constituição da República Portuguesa.

Aprovada em 29 de Abril de 2021.

O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues.”

Será interessante aferir qual é o ponto de situação relativamente ao efectivo cumprimento desta Resolução! Qual será o seu nível de cumprimento?

O “sonho” só ficará completo no dia em que existir, realmente, um exemplar da Constituição da República Portuguesa em cada Lar! ▲

ESSENCIAL DAS SETE REVISÕES CONSTITUCIONAIS

Os processos de revisão desvirtuaram ou eliminaram aspectos fundamentais da Constituição da República Portuguesa. Eis um resumo do que foi revisto:

1982 – Extinguiu-se o Conselho da Revolução e a participação institucionalizada do Movimento das Forças Armadas (MFA) no processo político.

1989 – Reduziu-se o número de deputados à Assembleia da República, que era então de 250. Eliminou-se o princípio da irreversibilidade das nacionalizações que aconteceram após o 25 de Abril.

1992 – Foi eliminado o exclusivo de emissão de moeda por parte do Banco de Portugal, permitindo a ratificação do Tratado de Maastricht, sem referendo.

1997 – Submeteu-se a criação de regiões administrativas a referendo obrigatório.

2001 – O texto da Lei Fundamental foi alterado para se adaptar às disposições do Tribunal Penal Internacional.

2004 e 2005 – Aprofundamento do processo de integração europeia, com consequência negativas para os aspectos da soberania nacional.

Comemorando, Defende-se a Constituição

No âmbito dos 50 anos da promulgação da Constituição Política da República Portuguesa, diversas comemorações tiveram lugar.



A Associação Conquistas da Revolução (ACR) promoveu, no próprio dia 2 de Abril, uma comemoração com um programa dividido em duas partes distintas: pelas 14h30, no Anfiteatro 5 do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), nas proximidades da Assembleia da Repú-

blica, uma Sessão cuja abertura esteve a cargo do MGEN Jorge Aires, Presidente da Direcção da ACR, a que seguiu a projecção de um vídeo do discurso do General

Costa Gomes, aquando da promulgação da Constituição da República Portuguesa em 2 de Abril de 1976, na própria Assembleia da República. Seguiram-se alocuções do Comandante Simões Teles

e do Professor José Manuel Mendes. O Comandante Silveira Pinheiro não esteve presente, por motivos de saúde, sendo a sua mensagem lida por Jorge Aires. Esta sessão encerrou com um momento cultural de poesia dita pelo actor André Levy.

Iniciou-se um desfile até junto da es-

cadaria da Assembleia da República onde, pelas 16h30 se iniciou a Concentração com alocuções dos MGEN Pezarat Correia, José Pedro Soares e Rita Branco. Foi apresentado e aprovado o texto de um “APELO” dirigido à Assembleia da República e a todos os democratas. Pelas 18h30 encerrou-se a sessão cantando “Grândola, Vila Morena”, e finalizando ao som de “A Portuguesa”.

No dia 18 de Abril, nas instalações da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, o núcleo da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) de Almada, promoveu um debate acerca do 50º aniversário da Constituição e a necessidade de a defender nos tempos conturbados que atravessamos. Carlos Mateus, do núcleo de Almada da URAP e José Pedro Soares, Presidente da Direcção da URAP, fizeram as intervenções da mesa, a

que se seguiu um vivo e participado espaço de debate e intervenções pelos presentes na iniciativa.

Também assim se pratica e se defende a nossa Lei Fundamental, a Constituição da República Portuguesa. ▲





A Liberdade e a sua defesa: o mote das comemorações!

No passado 18 de Abril decorreu em Salvaterra de Magos o almoço anual comemorativo do 25 de Abril, Dia da Liberdade, promovido pelas Associações Profissionais de Militares (APM) e pelos Clube Militar Naval (CMN), Clube do Sargento da Armada (CSA) e Clube de Praças da Armada (CPA).

O são e solidário convívio foi marcado pelas intervenções de Augusto Santos Silva, presidente da Direcção do CMN (em nome das organizações promotoras do evento) e do Capitão de Abril, Manuel Duran Clemente.

Como seria referido mais tarde nas intervenções, a Liberdade é o bem maior de todos os cidadãos, onde, naturalmente, se incluem os cidadãos militares, trabalhadores em uniforme.

e democrática. Ser livre para fazer o que a liberdade nos permite, nas nossas vidas pessoais, na profissão que escolhemos, nos projetos que ambicionamos levar a cabo, no País que sonhamos e queremos construir. É da liberdade ativa que nasce o pluralismo democrático!

Reforçou que O 25 de Abril de 1974 representou, antes de mais, um gesto de inconformismo e de não resignação. A pior maneira de o celebrar será aceitarmos, acomodados, que a erosão do tempo transforme o 25 de Abril numa simples efeméride, num dia feriado que, ano após ano, gozamos com a indiferença dos velhos hábitos.

Entendeu que devemos celebrar o 25 de Abril cientes de que não nos resignamos a viver num regime sem liberdade.

Abril de 1974 a vitória do MFA originou um movimento revolucionário, que subverteu a ordem estabelecida a todos os níveis da sociedade portuguesa.

Nessa explosão emancipatória criaram-se formas de organização e expressão da vontade popular das periferias das cidades aos campos do Sul, e dos órgãos centrais do Estado às próprias Forças Armadas.

O processo revolucionário mobilizou as massas populares, impôs [...] as liberdades públicas, a democratização política do Estado, desmantelou o aparelho repressivo do regime fascista e criou as bases de uma nova justiça social que mudou a vida dos portugueses e das portuguesas de Norte a Sul do país.

Estes momentos intensos de Democratização, Descolonização e Desenvolvimento (nossa bandeira do MFA) que transformaram a sociedade portuguesa, não podem ser esquecidos nem demonizados [...]

Após o 25 de Novembro, a alteração na correlação das forças políticas e a desagregação do MFA abriu o caminho à instalação de uma política dominante, disimulada de “normalização democrática”, com acusações graves a militares de Abril e o saneamento de profissionais da comunicação social estatizada [...]

É certo que a Revolução terminou, mas deixou a sua marca inscrita na democracia parlamentar e, no articulado da Constituição Portuguesa, encontramos “a marca genética das suas conquistas políticas e sociais, dos direitos e liberdades que arrancara na luta revolucionária e cuja continuação impusera e defendia na nova situação política”, como escreveu Fernando Rosas.

Há uma tendência para esquecermos de quantas vezes, ao longo da História, fomos surpreendidos pelo colapso de instituições, por mudanças extraordinárias nas mentalidades, por explosões inesperadas de rebelião popular, pelo colapso de regimes políticos que pareciam invencíveis.

O poder político - mesmo que seja um poder temível - como foi a ditadura de Salazar, é sempre mais frágil do que pensamos. As pessoas comuns podem ser intimidadas, [...] mas, mais cedo ou mais tarde encontram uma forma de desafiar o poder que as oprime. “Onde há poder há resistência” escreveu Michel Foucault.

[...] a mudança revolucionária operada a 25 de Abril não foi um cataclismo momentâneo, foi uma sucessão interminável de lutas por uma sociedade mais justa. Convém não esquecer que foram precisas muitas gerações a lutar, centenas de pessoas presas e torturadas e muitos, muitos mortos, para conquistarmos a liberdade da palavra e o direito de votarmos livremente.

A promessa de Abril era de Paz, pros-

peridade e de uma cidadania participativa. Mas há dezenas de anos que vivemos num sistema capitalista em que a maioria das resoluções económicas estão fora da esfera política. As pessoas protestam contra um sistema capitalista que favorece “os donos do capital”, mas falham o alvo quando culpam os imigrantes, os ciganos, os negros ou as comunidades mais desfavorecidas.

[...] precisamos de criar um sistema mais justo e igualitário que responda às necessidades das populações, e sei que é possível ver o sol nascer com uma claridade luminosa, se não deixarmos de lutar. O que ainda hoje me encoraja é justamente essa possibilidade de mudança, apesar do racismo, da xenofobia, da discriminação sexual, da pobreza, da violência e das crises económicas que envenenam a nossa sociedade.

[...] A dinâmica interna do capitalismo continuará a gerar crises económicas e a destruição ecológica, aumentando a pobreza, a agitação social e as migrações em massa.

Com a Inteligência Artificial (IA) e as mais recentes tecnologias de segurança, os novos “senhores donos do mundo” podem substituir a verdade dos factos por falsidades e comprometer o futuro da Democracia. Mas se apenas virmos o pior perdemos a perspectiva histórica. É como se apenas víssemos o mundo através das histórias deprimentes dos telejornais diários.

Ao longo da minha vida tive a oportunidade e o privilégio de promover [...] associações contra o esquecimento, juntamente com cidadãos portugueses, do país vizinho, das ex-colónias e até de comunidades emigrantes. [...]

Nunca escondi as minhas opiniões políticas: o meu ódio à guerra e ao militarismo, a minha fúria perante a desigualdade social, a minha crença no socialismo, como distribuição justa e racional da riqueza. Sempre manifestei claramente o meu rancor a qualquer tipo de intimidação, seja de países poderosos a países mais fracos, de governos a cidadãos, de empregadores a empregados, ou de qualquer pessoa, à esquerda ou à direita, que pense ter o monopólio da verdade.

A este sentido de estar no mundo, alia-se o meu desejo da educação não poder ser neutral, nem servir para a nova geração encontrar “um lugar ao sol” no sistema vigente, sem o questionar.

O futuro [...] deve passar por [...] outro sistema diferente, capaz de permitir que, pelo menos uma parte significativa dos seres humanos, vivam em paz consigo mesmos e com a Natureza.

Creio que o que temos de ver, para não perdermos a esperança, são as mudanças operadas ao longo do tempo. De maneira a combatermos o pessimismo como profecia auto-realizável, que muti-



Rodrigues Marques (AOFA), Santos Pereira (CPA), Santos Silva (CMN), Duran Clemente, José Fernandes (CSA), João Mata (ANS), Paulo Amaral (AP)

Na sua intervenção, Augusto Santos Silva começou por agradecer a presença de todos no evento de celebração dos 52 anos do 25 de Abril de 1974, um momento singular da história de Portugal que nos levou à Liberdade e Democracia no século XX.

Referiu que para os mais jovens, a liberdade tem um significado distinto daquele que possui para alguns dos presentes no evento. Pode mesmo afirmar-se que na sociedade portuguesa coexistem duas maneiras de sentir a liberdade. De um lado, a liberdade daqueles que tiveram de a conquistar e de batalhar por ela; do outro lado, a liberdade daqueles que a têm como uma realidade natural da vida, tão inquestionada e adquirida como o ar que respiram.

Lembrou que não nos podemos esquecer de que houve um tempo em que Portugal não respirava esse ar de liberdade. Houve um tempo em que foi necessário o inconformismo de jovens militares para que nascesse por fim «o dia inteiro e limpo» de que nos fala o poema de Sophia.

Defendeu que a melhor homenagem que podemos fazer ao 25 de Abril é comemorar nele uma visão inspiradora de liberdade ativa, vincando que a liberdade é também um meio para dela fazermos o que quisermos, no respeito pela liberdade dos outros, e para nos realizarmos enquanto pessoas numa sociedade aberta

Ninguém nos deu a liberdade. Somos livres porque o quisemos ser. O inconformismo é timbre da juventude.

E terminou dirigindo um apelo, em palavras simples, para que as novas gerações neste Dia da Liberdade, não se resignem!

Do orador convidado, Capitão de Abril, Manuel Duran Clemente, Coronel na situação de Reforma, transcrevemos partes do interessante texto da sua intervenção.

“[...] Como escreveu Mário Benedetti:

“O que seria de nós sem as nossas memórias? No fundo, o esquecimento é um grande simulacro, ninguém sabe ou pode, mesmo que queira, esquecer. Um grande simulacro cheio de fantasmas, esses romeiros que peregrinam pelo esquecimento como se fosse o Caminho de Santiago. No dia ou na noite em que o esquecimento estale, salte em pedaços ou crepite, as memórias atrozes e as maravilhosas quebrarão os barrotes de fogo arrastarão por fim a verdade pelo mundo, e essa Verdade será que não há esquecimento.”

A partir de Abril de 1974, muitos de nós, Capitães de Abril, sentimos a necessidade imperiosa de se criarem instrumentos colectivos ou institucionais para dignificar e preservar a memória e a história da Revolução e da resistência antifascista.

Não podemos esquecer que a 25 de



la a nossa vontade de agir no mundo em que vivemos, apesar de todas as guerras e conflitos mundiais.

As guerras invocam sempre motivos nobres, quer seja em nome da Paz, de Deus, da civilização, do progresso ou da democracia, e se por via das dúvidas nenhuma dessas mentiras for suficiente, os meios de comunicação social estão dispostos a inventar novos inimigos imaginários *“para justificar a conversão do mundo num grande manicómio e num imenso matadouro”*, como afirmou Eduardo Galeano.

Tudo isto porque as armas exigem guerras e as guerras exigem armas, e os países que dominam as Nações Unidas, com poder de veto, são também os principais produtores de armas. Até quando? Devemos perguntarmo-nos. Até quando a Paz mundial permanecerá nas mãos dos

negociantes da guerra? E até quando vamos acreditar que o extermínio mútuo é o nosso destino?

As pessoas não são intrinsecamente violentas, cruéis ou gananciosas, embora possam ser levadas a sê-lo. No fundo, os seres humanos desejam e querem as mesmas coisas: anseiam por Paz e condições de vida justas, por amizade e afecto, para além de todas as diferenças culturais. Por isso, não podemos ver apenas o pior, sob pena de destruímos a nossa capacidade de intervir no processo de mudança.

As coisas más que hoje acontecem não são mais do que repetições, com outras formas, de coisas que sempre aconteceram, como as guerras, o racismo, o fanatismo religioso e nacionalista, os maus-tratos infligidos às mulheres, a desigualdade social, a fome, etc. etc. O bom, por outro lado, é o inesperado. Inesperado e ainda

assim explicável através de certas verdades, que de vez em quando explodem e que tendemos a esquecer.

O que realmente importa é continuarmos a combater a indiferença e o conformismo, a defender a verdade histórica, a questionar o discurso hegemónico que nos conduz a receptores passivos e impotentes, e a não perdermos a esperança no futuro da Democracia.

Temos de acreditar que *“Nada é impossível de mudar”*, como escreveu Bertolt Brecht:

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual.”

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,

pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.”

Após as intervenções, manteve-se, o espírito de lutar para defender a Liberdade.

No momento cultural que se seguiu, as duas excelentes executantes de violino e violoncelo, apresentaram um momento musical que perpassou pela história da luta contra o fascismo, fazendo lembrar com o repertório escolhido, alertas pertinentes sobre os perigos que ameaçam a Liberdade e a Democracia, conquistadas há 52 anos.

O evento terminou com a partilha de um bolo e de um brinde ao Dia da Liberdade.

A DEFESA DOS VALORES DA LIBERDADE CONTINUOU NO PRÓPRIO DIA 25 DE ABRIL...



a participação no desfile da Avenida da Liberdade, onde, mais uma vez, as APM marcaram presença.

Mas também em Almada, no desfile na cidade e na sessão solene da Câmara Municipal, onde a ANS esteve presente ... como em muitos outros locais onde se comemoraram e defenderam os princípios e os valores de Abril. ▲



Porque pensar, organizar-se colectivamente, intervir nas realidades social e profissional, numa forma livre e, por isso mesmo, empenhada, têm sido gran-

des forças e argumentos das APM (ANS, AOFA, AP), por isso, era a hora de participar em muitas mais comemorações dos 52 anos do 25 de Abril, nomeadamente,





No passado dia 4 de Fevereiro, nas comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, no Entroncamento, o nosso camarada António Evaristo, fez uma intervenção subordinada ao tema “Ser Sargento!” que, pela sua importância, entendemos publicar na íntegra.



Ilustres presentes e convidados,
Camaradas de armas,

Ser Sargento das Forças Armadas Portuguesas é mais do que uma profissão; é um compromisso de vida, uma vocação marcada por valores inabaláveis e uma entrega total a Portugal. É carregar nos ombros a responsabilidade de liderar, de inspirar e de proteger, e no coração o orgulho de pertencer a uma instituição que representa o melhor da nossa história e da nossa identidade nacional.

Um Sargento é, acima de tudo, um pilar fundamental na estrutura das Forças Armadas. É aquele que se coloca na ponte entre os Oficiais e as Praças, transformando ordens em acções, planeamentos em realidades e ideias em conquistas. É o ponto de equilíbrio onde a liderança se concretiza através do exemplo, onde a experiência se torna ensinamento, e onde a autoridade é exercida com sabedoria e justiça. Mas ser Sargento é mais do que cumprir um papel hierárquico: é ser o alicerce humano que mantém viva a coesão, a disciplina e o espírito de corpo que definem as Forças Armadas.

Desde o momento em que um Sargento faz o seu juramento de fidelidade, assume um compromisso que transcende o individual. É uma promessa de fidelidade à Pátria, uma entrega incondicional à defesa de Portugal e uma responsabilidade para com os seus subordinados. Esse compromisso não conhece fronteiras nem horários, pois o dever militar é contínuo, mesmo nas horas mais difíceis.

No dia-a-dia, o Sargento é o primeiro a demonstrar resiliência e o último a mostrar cansaço. É o líder que orienta os seus camaradas com firmeza e compreensão, equilibrando a exigência da missão com a empatia necessária para entender as dificuldades de cada um. Ser Sargento significa viver para servir – ao país, à instituição e aos homens e mulheres que compõem a força que lidera.

Por vezes, essa missão exige sacrifícios que apenas quem veste a farda pode entender. São noites de vigília em terra, em mar e no ar, são despedidas prolongadas das famílias e a saudade que marca cada regresso tardio. Mas é também nesses momentos de sacrifício que se sente a grandeza do dever cumprido. Cada dificuldade enfrentada é um lembrete do propósito maior que guia um Sargento: - a defesa da soberania, da liberdade e da segurança de Portugal.

O Sargento das Forças Armadas Portuguesas não lidera apenas pelo posto ou pela antiguidade; lidera pelo exemplo. É alguém que inspira confiança, que impõe respeito pela sua conduta irrepreensível e que conquista a lealdade dos seus subordinados pela sua dedicação. O Sargento sabe que a verdadeira liderança não se impõe – constrói-se, com actos que demonstram coerência, coragem e humanidade.

Para além de líder, o Sargento é também um educador. É ele quem forma os mais novos, transmitindo os valores, os conhecimentos técnicos e as tradições militares que moldam a identidade das For-

ças Armadas. É no olhar atento de um Sargento que os jovens militares encontram orientação e apoio, e é nas suas palavras que encontram a motivação para enfrentar os desafios. A sua missão é formar não apenas soldados, marinheiros ou aviadores, mas cidadãos íntegros que honrem a bandeira nacional.

No entanto, a responsabilidade de ser exemplo não se limita à caserna ou ao campo de batalha. O Sargento é um representante da instituição perante a sociedade, um reflexo dos valores que as Forças Armadas promovem: lealdade, disciplina, coragem e altruísmo. Cada acto, cada decisão e cada palavra carregam o peso de representar uma das instituições mais respeitadas e antigas de Portugal.

Ser Sargento não é tarefa fácil. É uma jornada repleta de desafios, onde se exige equilíbrio entre a dureza da hierarquia e a sensibilidade para liderar pessoas. É enfrentar cenários adversos, desde operações em zonas de conflito a missões de paz e ajuda humanitária, e fazê-lo com determinação e profissionalismo.

Além disso, o Sargento tem de lidar com a constante evolução do mundo militar. A modernização tecnológica, as mudanças estratégicas e as exigências do cenário global pedem adaptabilidade e capacidade de liderança em tempos de transformação. Mas é precisamente nessas adversidades que o Sargento português se destaca: pela sua capacidade de improvisar, de resistir e de triunfar.

Por outro lado, os maiores desafios podem ser internos. São os momentos em que a saudade da família aperta, em que o peso da responsabilidade parece esmagador, ou em que a incerteza das missões nos leva a questionar as nossas forças. Contudo, é nesses momentos que a força interior do Sargento emerge. Essa força nasce do amor à Pátria, da confiança nos seus companheiros de armas e da certeza de que está a contribuir para algo maior do que ele próprio.

No final de cada dia, aquilo que move um Sargento é o orgulho de servir Portugal. É a sensação de pertencimento a uma instituição que simboliza a liberdade e a soberania nacional. É saber que, através do seu trabalho, está a proteger as gerações futuras e a honrar aqueles que vieram antes.

Ser Sargento das Forças Armadas Portuguesas é um privilégio e uma responsabilidade que poucos têm a oportunidade de experimentar. É uma vida de serviço, mas também uma vida de realização. É carregar no peito o orgulho da farda e, nos gestos, a honra de servir.

No entanto, ser Sargento é, acima de tudo, ser humano. É sentir o mesmo que todos os outros, mas escolher todos os dias colocar o dever acima do conforto, a lealdade acima da dúvida e o serviço acima do interesse próprio. É ser um guardião de Portugal, pronto a dar tudo pelo seu país e pelo seu povo.

E assim, na firmeza das suas acções e na nobreza da sua entrega, o Sargento das Forças Armadas Portuguesas é, sem dúvida, um exemplo vivo do que significa amar Portugal e servir com honra. É, em cada gesto, um farol de esperança e de segurança para a Nação. É, afinal, a alma do Exército, da Marinha e da Força Aérea, o coração que nunca pára de bater pelo nosso país.

Por Portugal, pela nossa bandeira e pelos nossos irmãos de armas, continuaremos firmes, determinados e leais. Seremos sempre dignos do privilégio de servir esta grande Nação, pois um Sargento aprende a ser tudo para não poder ser mais nada.

Viva o 31 de Janeiro,

Vivam os Sargentos de Portugal

Professor Doutor António Alexandre Nobre Evaristo
Sargento Ajudante na Reforma ▲

Kristin: quatro semanas de resistência, reconstrução e camaradagem

Quatro semanas após a passagem da tempestade Kristin, um período que para muitos pareceu prolongar-se por vários meses, permanece viva a memória de dias marcados pela luta constante e pela resistência em aceitar o cenário de destruição deixado pela força da natureza. Edifícios danificados, estruturas comprometidas e uma rotina abruptamente interrompida criaram um ambiente de grande exigência para todos os que se encontravam no terreno.

Contudo, no meio da adversidade, destacou-se aquilo que tantas vezes caracteriza a cultura militar: a camaradagem, a entreajuda e o espírito de sacrifício. Esses valores foram novamente postos à prova e, com coragem e determinação, assumidos por todos os envolvidos na missão.

Os trabalhos concentraram-se, numa primeira fase, na limpeza da Unidade e na reparação possível dos edifícios afectados. O esforço exigiu longas jornadas e uma coordenação constante entre equipas. A resposta não tardou a crescer. Militares de outras unidades começaram por se apresentar como voluntários, prontos a dar

apoio imediato. Mais tarde, já de forma organizada, foram integrados nos esforços para ajudar também a população civil afectada pela tempestade.

O caos teve início no dia 28 de Janeiro de 2026, data em que a tempestade atingiu a região com muita intensidade. Por essa altura estavam previstas as comemora-



ções do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, mas todas as celebrações foram canceladas. A prioridade era clara: manter a operação em curso e concentrar todos os recursos na recuperação da Unidade e no apoio às comunidades.

Esta missão implicou também sacrifícios pessoais significativos. Vários militares foram deslocados, ficando a cerca de 300 quilómetros das suas famílias, enquanto outros trabalhavam para garantir que a Unidade voltasse a estar operacional o mais rapidamente possível.

Ainda assim, no meio das tarefas exigentes e do esforço diário de reconstrução, houve espaço para assinalar simbolicamente o Dia Nacional do Sargento. Numa cerimónia simples, sem grande formalismo, mas carregada de significado, os presentes reuniram-se na Base Aérea nº 5 para cortar um bolo comemorativo.

Mais do que uma homenagem exclusiva aos Sargentos, o momento acabou por simbolizar o esforço colectivo de todos os militares e civis que, durante aqueles dias difíceis, estiveram unidos na missão de reconstruir aquilo que a força da natureza tinha destruído. ▲



OS MILITARES AGORA GANHAM BEM...



Rocha – Silva, como estás? Já não te via há algum tempo... também estiveste de baixa?

Silva – Nada disso, Rocha! Eu não sou desses que metem baixa para conseguir estar em casa ao fim de semana.

R. – Então?

S. – Olha, fui nomeado para ir conduzir viaturas pesadas para Lisboa. Não há condutores...

R. – Pois, pelo menos não foste fazer serviços de guarda para outras unidades... já não bastam os nossos. Não me admiram as baixas médicas.

S. – Pelo menos agora aumentaram os salários, não é?

R. – Sim, e o suplemento de condição militar paga isto tudo...

S. – Pois, há quem confunda permanente disponibilidade para o serviço com estar permanentemente a o serviço. Olha, se ganhássemos à hora estávamos nós bem.

R. – Subiram o vencimento, já ganhamos quase como Sargentos! Não te podes queixar!

S. – Eu não penso assim, repara, se o nosso vencimento é tabelado pelas tabelas da função pública, naqueles níveis todos que lá estão, significa que os valores estão calculados para tu trabalhares 35 horas por semana.

R. – E então, que queres dizer com isso?

S. – Então, significa que nós estamos a trabalhar a um custo muito baixo. Repara: 1.200€ a dividir por 140h dá 8,57€ por hora. Quando fazemos serviços de guarda fazemos logo 24h. Se fizermos um serviço de semana e outro de fim-de-semana, acumulamos no final da semana 72h30 ao serviço. Se considerares que as restantes semanas não têm serviços de escala, totalizas no final do mês 165,3h ao serviço. Se multiplicares por 8,57€ dá 1.416,62€.

R. – Não tinha colocado as coisas assim...

S. – E não estamos a considerar que em alguns serviços da função pública, as noites, os Sábados e os Domingos têm valores diferentes de remuneração.

R. – Pois, eu tenho feito 4 serviços por mês, isso significa que eu deveria receber 2022,52€!

S. – Se calhar temos de relativizar o nosso vencimento, repara, o Peixoto foi para a GNR e ganha melhor do que nós, eles

têm essa possibilidade, fazem serviços e têm folgas, fazem gratificados e são pagos por isso.

R. – Tens razão e se vires bem, a GNR e a PSP têm um efectivo muito superior ao do das forças armadas. Como é que há dinheiro para eles e para nós não?

S. – Nós temos o suplemento de condição militar, ou de escravidão militar, já não sei bem.

R. – Por falar nisto, tenho de comprar umas botas novas, não são caras, mas o Exército só me deu umas. Uso-as para trabalhar e não tenho nenhuma em condições para as formaturas. O nosso Sargento já me chamou à atenção.

S. – Também vais ao dia do Exército?

R. – Quem não vai? Rapam todos os que vestem farda da unidade para conseguir fazer um pelotão.

S. – Pois, temos de fazer tudo, afinal somos militares.

R. – Se isto não fosse uma profissão eu diria que temos de servir a Pátria com orgulho sem querer nada em troca. Pelo menos também não nos servimos dela, mas ela podia ser mais generosa, Silva...

S. – Uma profissão... uma profissão de fé é o que é! Fé que um dia voltemos a ter a dignidade que merecemos.

R. – Os meus amigos já me perguntaram como era o serviço militar, se era difícil, se usava mesmo armas, se já tinha andado de helicóptero.

S. – Ah Ah Ah Ah!! E que lhes dizes?

R. – A verdade.

S. – Então, mas assim eles não vêm! Precisamos de malta para nos folgar as escalas!

R. – Pois é, mas que lhes vou dizer? O mesmo que me disseram no centro de recrutamento? Não quero as expectativas deles defraudadas como eu tive as minhas. Mandaram-me escolher uma especialidade, não sei para quê, sirvo para tudo.

S. – Pois, vamos pensar nas coisas boas do serviço militar. Temos comida boa, alojamentos com internet e boas instalações...

R. – Que saudades da recruta, deram-nos as melhores casernas e condições, não estava à espera de ser tão bem tratado. Agora depois de Pronto nem tudo é bom, por exemplo, a minha caserna tem irradiadores de calor de enfeitar, passamos frio no Inverno, ninguém quer saber de nós, vários fins-de-semana ao serviço... enfim... ▲

Hierarquia sem Tutela: Quando a Missão se Impõe ao Limite



As Forças Armadas Portuguesas vivem hoje um momento exigente, marcado por um aumento significativo das missões e, simultaneamente, por uma evidente escassez de recursos humanos qualificados. Esta realidade, longe de ser apenas um desafio de gestão, levanta questões estruturais que importa analisar com frontalidade e sentido de responsabilidade.

A crescente solicitação operacional, quer em território nacional, quer no âmbito de compromissos internacionais, tem colocado uma pressão constante sobre os efectivos disponíveis. No entanto, essa pressão não tem sido acompanhada por um reforço proporcional dos quadros, nem por uma estratégia clara de retenção e valorização do capital humano existente.

O resultado é uma equação desequilibrada: exige-se mais, com menos.

Quando esta realidade se instala, surgem inevitavelmente mecanismos de compensação. Um dos mais visíveis é o endurecimento da hierarquia, não enquanto princípio estruturante, que é legítimo e necessário, mas enquanto resposta à incapacidade de cumprir com os meios disponíveis. A exigência transforma-se, gradualmente, em imposição. A liderança aproxima-se de um modelo mais autoritário, onde o cumprimento da missão se sobrepõe, por vezes, à análise das condições em que essa mesma missão é executada.

Este desvio, ainda que muitas vezes não intencional, comporta riscos sérios.

Equipas sobrecarregadas, militares sujeitos a níveis elevados de desgaste físico e psicológico, decisões tomadas sob pressão constante e com margens de erro reduzidas, são factores que aumentam, de forma objectiva, a probabilidade de incidentes e acidentes. A segurança operacional, que deve ser um pilar inquestionável, começa a ser colocada à prova.

Mas há uma consequência ainda mais profunda.

A confiança, elemento essencial em qualquer organização militar, começa a fragilizar-se. E a confiança não se decreta, constrói-se. Constrói-se na coerência entre o que é exigido e o que é garantido. Constrói-se na percepção de que a hierarquia não apenas comanda, mas tutela, protege e assume responsabilidade pelas condições em que os seus subordinados operam.

Quando essa percepção se perde, instala-se uma quebra silenciosa, mas estrutural.

Os militares deixam de se sentir parte de um sistema coeso e passam a sentir-se peças de um mecanismo em esforço permanente. Esta alteração de percepção tem impacto direto na motivação, na coesão das equipas e, inevitavelmente, na eficácia operacional.

Estamos, assim, perante uma questão que ultrapassa o plano funcional e entra no domínio da ética militar.

A ética não se resume a princípios abstratos ou códigos escritos. Ela manifesta-se na prática diária, nas decisões tomadas, na forma como se equilibra a missão com a dignidade e a segurança dos militares. Exigir sem garantir, pressionar sem apoiar, responsabilizar sem assumir, são sinais claros de uma falha de tutela.

E a tutela é, por definição, uma responsabilidade inalienável da hierarquia.

Tutelar não é apenas dirigir, é cuidar. É garantir que existem condições reais para o cumprimento das missões. É reconhecer limites e actuar sobre eles. É proteger o elemento humano, que continua a ser o activo mais valioso de qualquer força militar.

Ignorar esta realidade é comprometer não apenas o presente, mas o futuro das Forças Armadas.

A solução não passa por reduzir a exigência operacional, mas por reequilibrar o sistema. Isso implica, necessariamente, reforçar os efectivos, investir na qualificação, criar mecanismos eficazes de retenção e, acima de tudo, alinhar as missões com os meios disponíveis.

Implica também reforçar um modelo de liderança que privilegie a competência, a proximidade e a responsabilidade, em detrimento de uma autoridade baseada exclusivamente na imposição.

As Forças Armadas sempre se distinguiram pela sua capacidade de adaptação, pela disciplina e pelo espírito de missão. Mas nenhuma destas virtudes subsiste sem confiança.

E a confiança constrói-se todos os dias, na relação entre quem lidera e quem executa.

Porque quando a hierarquia deixa de tutelar, a missão pode cumprir-se, mas a confiança já falhou.

Ernesto Rebocho
SCH/Reserva ▲



Assembleia Geral da EUROMIL em Estocolmo destaca desafios comuns e a necessidade da prioridade ao pessoal

A EUROMIL realizou a sua 133ª Assembleia Geral a 17 de Abril de 2026, em Estocolmo, na Suécia, a bordo do navio “Teaterskeppet”, reunindo associações membros de toda a Europa, num quadro de rápidas mudanças no panorama da segurança e da defesa.

Os vice-presidentes da Direcção da ANS, Rogério Graça e Fernando Grenho, e o membro dos órgãos sociais da AOFA, Rui Martins, constituíram a delegação portuguesa presente. Por solicitação e mandato conferido pela Associação de Praças, a ANS fez também a sua representação.



Sendo anfitriã a Associação Sueca de Oficiais Militares (SAMO), a Assembleia teve início com intervenções do presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, do presidente da SAMO, Stefan Morin, e um discurso de abertura proferido pelo General Michael Claesson, Comandante Supremo da Suécia. Os debates reflectiram a transformação mais ampla da defesa europeia, incluindo o reforço dos compromissos, a

integração na NATO e a crescente importância das abordagens de defesa total.

Ao longo do dia, a Assembleia Geral abordou tanto as prioridades internas como os desenvolvimentos estratégicos mais amplos. Os membros analisaram o trabalho em curso da EUROMIL, incluindo o seu plano de acção, as actividades de defesa de interesses e áreas políticas fundamentais, tais como os direitos fundamentais, as condições de trabalho e a igualdade de género.

Foi dada especial atenção à evolução do contexto de segurança. Uma apresentação sobre o modelo de «Defesa Total» da Suécia, destacou como a defesa moderna depende cada vez mais da integração dos esforços militares e civis, levantando questões importantes sobre o papel do pessoal.

A Assembleia contou também com a apresentação do trabalho da EUROMIL sobre a igualdade de género e a inclusão das mulheres. O relatório confirmou que, apesar dos progressos registados em alguns países, as mulheres continuam sub-representadas nas forças armadas, nas associações e nos cargos de liderança. Barreiras estruturais persistentes, um apoio específico limitado e factores culturais profundamente enraizados continuam a travar o progresso.

No centro dos debates estiveram os desafios enfrentados pelo pessoal militar. Um debate específico sobre o recrutamento, moderado por Johan Ohlen, Vice-presidente da EUROMIL e membro do SAMO, confirmou que estas questões são comuns em toda a Europa. Embora o recrutamento continue a ser uma preocupação, os debates sublinharam claramente que a retenção é a questão central. As condições de serviço, as perspectivas de carreira e o reconhecimento foram repetidamente identificados como factores decisivos. As soluções de curto prazo, incluindo o recrutamento além-fronteiras, como alguns, poucos, países preconizam, podem proporcionar um alívio limitado, mas não podem substituir as reformas estruturais. Estes aspectos foram abor-



dados pelos membros do painel, Fidel Gómez (AUME – Espanha), Christian Schleck (SPAL – Luxemburgo) e Roger Housen (ACMP-CGPM – Bélgica).

Os relatórios nacionais vieram reforçar ainda mais este quadro. Em toda a Europa, as associações destacaram o aumento da carga de trabalho, as dificuldades em atrair e reter pessoal e a pressão contínua sobre as condições de trabalho. Ao mesmo tempo, registaram-se, pontualmente, desenvolvimentos positivos, incluindo avanços legislativos, melhorias salariais e de remuneração, bem como esforços contínuos para reforçar a representação e o diálogo social.

Contudo, em conjunto, os debates realizados em Estocolmo transmitem uma mensagem clara e coerente: os desafios enfrentados pelas forças armadas são cada vez mais semelhantes entre os diferentes países, e a sua resolução exige soluções estruturais a longo prazo.

Num contexto de segurança em rápida evolução, a Assembleia de Estocolmo

confirmou um ponto fundamental: uma defesa credível começa pelas pessoas. Garantir condições justas, o devido reconhecimento e carreiras sustentáveis para o pessoal militar não é apenas uma necessidade social, mas também um requisito estratégico.

A Assembleia Geral reafirmou igualmente a importância da cooperação entre as associações membros, proporcionando uma plataforma para o intercâmbio e a aprendizagem partilhada a nível europeu.

No futuro, a EUROMIL continuará a trazer estas preocupações comuns para o debate europeu, estando a próxima Assembleia Geral agendada para Outubro de 2026, na República da Irlanda. ▲



Grécia: POMENS e Ministério da Defesa discutem extensão do período máximo de serviço



A Federação Pan-Helénica de Associações de Militares (POMENS), membro da EUROMIL, publicou um boletim informativo após uma reunião de trabalho com o Ministério da Defesa Nacional da Grécia, focando no benefício para a aposentação antecipada, elevando o período máximo de serviço activo de cinco anos para sete anos. As discussões abordaram o impacto da proposta sobre o pessoal militar, desenvolvimento de carreira e condições

de trabalho mais amplas dentro das Forças Armadas Helénicas.

A EUROMIL continua a acompanhar de perto os desenvolvimentos na Grécia relacionados com os direitos, as carreiras e as condições sociais do pessoal militar, bem como o diálogo contínuo entre o POMENS e o Ministério da Defesa Nacional. ▲



Stefan Morin, Gen Michael Claesson, Emmanuel Jacob, Johan Ohlen



A “Pascua Militar”, em Espanha, é um acto solene que marca o início do ano militar e a abertura da agenda oficial dos Reis, celebrado a 6 de Janeiro (Dia de Reis) no Palácio Real de Madrid, onde os monarcas presidem a cerimónias, recebem cumprimentos e homenageiam as Forças Armadas, reforçando a tradição e a continuidade da Coroa.



Iñaki Unibaso – Secretário Geral da AUME -
Asociación Unificada de Militares Españoles

Uma “Pascua Militar” coxa!

Não gostaria de cair no recurso habitual — e fácil — de fazer uma glosa histórica da Páscoa Militar; algo que muitos outros, e todos eles obviamente com melhor prosa do que eu, têm feito inúmeras vezes quando chega esta data. Portanto, peço que me perdoem por não me concentrar nem em Carlos III, nem na «Conquista de Menorca», nem no número de navios da frota, nem nos efectivos da nossa ilustre Infantaria de Marinha destacados para tal. A minha intenção é centrar-me no que interessa à maioria dos componentes das actuais Forças Armadas — ou, pelo menos, é isso que transmitem às associações profissionais de militares — e também no que expressam nas diferentes redes sociais que este pessoal utiliza para «levantar» a sua voz.

Muitos de nós, militares, aguardamos com interesse os discursos que serão proferidos nesta cerimónia solene tanto pela titular do Ministério da Defesa como por Sua Majestade. O habitual é ouvir falar do enorme profissionalismo dos militares, do magnífico trabalho que realizam, de como se colocam constantemente em perigo para garantir o bem-estar dos nossos concidadãos dentro e fora das nossas fronteiras e, por conseguinte, de como contribuem para garantir a paz e a segurança, fazendo valer a Carta das Nações Unidas, os valores democráticos e a defesa dos direitos e liberdades no âmbito do Direito Internacional.

Também se costuma fazer um balanço com dados numéricos: efectivos desta-

cados em missões internacionais — cada vez mais — e apoios às infelizes catástrofes que afectam o nosso país e que, nos últimos tempos, têm servido para aproximar cada vez mais as nossas Forças Armadas da sociedade que representam. [...]

[...] este tipo de acções ajuda a sociedade a valorizar o nosso trabalho; um trabalho que implica o risco constante que enfrentamos no exercício da nossa profissão, apesar de esse risco nos ser negado no reconhecimento profissional, algo com que muitos outros colectivos contam.

A Páscoa Militar também deveria ser um momento de honestidade institucional: não apenas para elogiar a dedicação, mas para explicar o que é necessário para mantê-la sem quebrar aqueles que a sustentam.

Mas, em muitas ocasiões, também se recorre ao apelo generalizado aos nossos profissionais como se fossem o “Bálsamo de Ferrabrás”. E assim nos deparamos com responsáveis políticos que reclamam militares como se fossem um recurso disponível de forma imediata: «*Senhora ministra: envie-me 1.000 militares*». [...]

Essas situações, às vezes, fazem com que os militares se sintam usurpadores de funções que competem a outros profissionais mais especializados, exercendo uma concorrência desleal. Mas já sabemos: para essas missões, o mais barato é recorrer às Forças Armadas.

E aqui começa o problema fundamental: quando somos invocados como recurso imediato — sempre disponíveis, sempre discretos, sempre eficazes —, corre-se o risco de assumir que essa disponibilidade é inesgotável e que não tem custo. Mas tem. Tem em horas, em conciliação, em saúde, em desgaste, em rotações, em famílias que suportam a ausência, em destinos que obrigam a refazer uma vida a cada poucos anos. Tem um custo em milhares de serviços que não são visíveis e que, precisamente por sua invisibilidade, parecem não existir até que surja uma emergência. Por isso, repito, a Páscoa Militar também deveria ser um momento de honestidade institucional: não apenas para elogiar a dedicação, mas para explicar o que é necessário para mantê-la sem quebrar aqueles que a sustentam.

[...] que se reivindicuem as melhorias profissionais e sociais que todos e cada um dos membros das nossas Forças Armadas merecem: remunerações dignas, reconhecimento da profissão de risco, carreira militar integral, fim da noção de temporário, apoios reais à mobilidade e muito mais.

[...] E se estas questões ficarem de fora, o discurso fica bonito..., mas incompleto.

Sua Alteza Real, (...) após concluir a sua formação militar nos três ramos das Forças Armadas, como seria difícil sobreviver com o salário de Tenente!

Toda a sociedade deveria ter bem presentes estas reivindicações. [...] elas deveriam ser protagonistas — ou pelo menos figurar de forma clara — nos dis-

curso da Páscoa Militar, juntamente com o reconhecimento aos militares falecidos no exercício das suas funções e, portanto, aos seus familiares e entes queridos. [...]

Previsivelmente (e lamentavelmente), ouviremos os discursos de sempre: [...] Certamente também ouviremos falar do conhecido Plano Industrial e Tecnológico para a Segurança e Defesa, apresentado pelo Governo no passado mês de Abril de 2025, que distribui milhares de milhões à nossa indústria de defesa, mas que volta a esquecer o seu principal activo: o pessoal. Mais uma oportunidade perdida para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores, por um Governo que se autodenomina progressista. Sim, trabalhadores: porque nós, militares, somos trabalhadores, com uma conotação especial, mas trabalhadores, no fim das contas.

[...] contamos com uma representação legítima, que nos é conferida pela Lei Orgânica dos direitos e deveres dos membros das Forças Armadas [...] Essa representatividade não deve ser tratada como uma nota de rodapé. [...] que se reconheça, com normalidade e sem complexos, que existe uma voz profissional organizada do pessoal militar; que essa voz não é um obstáculo; e que ouvi-la e torná-la visível fortalece a instituição porque a conecta com a realidade. Quando essa representação é ignorada, transmite-se uma mensagem errada: que a dimensão humana do serviço é secundária e que o profissionalismo se resolve apenas com aplausos, compromissos genéricos e números de destacamento.

[...] no caso da Páscoa Militar, essa voz volta a ser completamente ignorada: as associações profissionais de militares continuam ausentes por não terem sido

convidadas. [...] para além do protocolo e das competências formais, existe uma margem evidente para que as instituições envolvidas ajam com normalidade democrática e com sentido de oportunidade.

[...] sobre quem deve ser o anfitrião e quem deve enviar os convites. Mas o relevante não é tanto o «quem», mas o «o quê»: que a ausência das associações profissionais — a representação legítima do pessoal militar — deixa de fora do acto uma parte essencial da realidade das nossas Forças Armadas. Quando essa voz falta, a celebração fica incompleta; fica, no sentido mais literal, coxa.

Ficar coxa é, além disso, evitável. Bastaria [...] assumir publicamente o que o pessoal reivindica há anos pelos canais estabelecidos: condições profissionais adequadas às exigências do serviço, reconhecimento efectivo do risco, estabilidade e previsibilidade na carreira, apoio real à mobilidade e medidas sérias de conciliação. Falar sobre isso não desvaloriza a Páscoa Militar; completa-a! Porque, uma instituição forte não é aquela que evita as suas necessidades, mas aquela que as enfrenta com respeito, realismo e vontade de encontrar soluções.

Se a Páscoa Militar pretende ser o espelho anual das nossas Forças Armadas, esse espelho deve reflectir também aqueles que sustentam o serviço dia após dia e aqueles que canalizam, de forma leal e institucional, as suas exigências. Só assim deixará de ser uma celebração «coxa» e poderá ser, verdadeiramente, um encontro de unidade, reconhecimento e compromisso com o futuro de todo o pessoal militar.

Iñaki Unibaso
6 de Janeiro de 2026 ▲



Cartoon da autoria de Millan – publicado na edição do Correio da Manhã de 09MAI2026



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Lançados em pleno 2026, muitas são as preocupações que atingem os Sargentos, em particular, e os militares, em geral, o que obriga a que os dirigentes da ANS continuem a ver-se confrontados com uma intensa actividade.

Apesar da maioria dos actuais dirigentes se encontrar na situação de serviço Activo, não deixam de se multiplicar na busca das melhores formas de responder às muitas e diversas solicitações sem, contudo, descuidar as responsabilidades para com a prioridade da exigência nos seus serviços. Temos a consciência de que a Missão está primeiro!

Desta intensa actividade associativa, apresentamos um resumo:

03MAR – Conferência “A Mulher na PSP” promovida pela ASPP/PSP, no Museu de Polícia, em Lisboa. ANS representada por F.Grenho e V.M.Alves;



04MAR – 13ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social, em Lisboa e via vídeo;

05MAR – Reunião com Sargentos da Força Aérea, na sede social. ANS representada por J.Mata, F.Grenho e J.G.Pereira;

09MAR – Reunião com a APG-GNR e outras associações da GNR, na sede da APG, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Mata, F.Grenho, J.G.Pereira e V.M.Alves;

11MAR – Sessão de Solidariedade, na sede social em Lisboa, com os “13 Bravos do Mondego”;



13MAR – Reunião na sede social sobre o caso dos FUR/DFA que estão sendo pagos como Cabos de Secção. ANS representada por L.Coelho;

16MAR – Reunião, via vídeo, com o Grupo Parlamentar do Livre. ANS representada por J.Mata, F.Grenho e J.G.Pereira;

17MAR – Reunião, via vídeo, entre as APM. ANS representada por J.Mata, R. Graça e J.G.Pereira;

18MAR – 7ª Reunião, via Teams, do Secretariado da ANS;

20MAR – Reunião com Sargentos da Força Aérea, na sede social. ANS representada por J.Mata, J.G.Pereira e L.Coelho;

24MAR – Reunião na sede social com Assessor do CEMFA, SMOR J.Conde e SMOR Gomes. ANS representada por J.Mata, F. Grenho e L.Coelho;

25MAR – Reunião na sede social sobre o caso dos FUR/DFA que estão sendo pagos como Cabos de Secção. ANS representada por L.Coelho;

30MAR – Assembleia Geral Ordinária, para apresentação de contas, plano e orçamento, na sede social;

31MAR – Reunião na Bateria da Laje, em Oeiras, preparatória da Homenagem aos Combatentes. ANS representada por J. Galvão;

31MAR – Cerimónia alusiva ao 46º aniversário do Museu Militar do Porto. ANS representada por A.Assunção e R.Santos;



02ABR – Promovidas pela ACR, cerimónia alusiva aos 50 anos da CRP, no ISEG, em Lisboa e concentração em frente à Assembleia da República. ANS representada por V.M.Alves, L.Coelho e A.Martins;



04ABR – 14ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social, em Lisboa e via vídeo;

09ABR – Promovida pela Liga dos Combatentes no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, cerimónia alusiva ao Dia do Combatente e ao 108º aniversário da Batalha de La Lys. ANS representada por V.M.Alves;



10ABR – Reunião com o Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por J.Mata, R.Graça, J.G.Pereira e L.Bugalhão;



11ABR – Cerimónia alusiva ao 49º aniversário da Associação de Fuzileiros, no Barreiro. ANS representada por V.M.Alves;



11ABR – Homenagem ao Manuel Custódio, na Delegação nº 1 do Clube do Sargento da Armada, no Feijó. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

17ABR – 133ª Assembleia Geral da EURO-MIL, em Estocolmo, na Suécia. Delegação da ANS composta por R.Graça e F.Grenho;

18ABR – Almoço comemorativo, promovido pelas APM e Clubes Militares em Salvaterra de Magos, alusivo ao 52º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por J.Mata, J.Galvão e L.Coelho;



21ABR – Promovida pela CGTP-IN, no Espaço Memória, no Seixal, conferência alusiva ao 50º aniversário da CRP. ANS representada por J.G.Pereira e V.M.Alves;



21ABR – Entrevista/Debate na TV Record, em Lisboa, sobre os 52 anos do 25 de Abril e os 50 anos da CRP. ANS representada por L.Coelho;

22ABR – Primeira sessão sobre o caso “Mondego” no Juízo Central Criminal de Lisboa, no Campus da Justiça;



22ABR – Promovida pela Associação Conquististas da Revolução na Casa do Alentejo, em Lisboa, cerimónia alusiva ao 52º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por L.Bugalhão;



24ABR – Reunião na sede social sobre o caso dos FUR/DFA que estão sendo pagos como Cabos de Secção. ANS representada por L.Coelho;

25ABR – Manifestação e Desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa;

25ABR – Desfile na cidade e sessão solene na C.M.Almada. ANS representada por J. Galvão e V.M.Alves;

25ABR – Promovida pela AOFA, nas instalações da A25A, em Lisboa, homenagem aos Oficiais Libertadores. ANS representada por J.Mata;

27ABR – Promovida pela URAP, em Caxias, cerimónia alusiva ao 52º aniversário da libertação dos presos políticos da prisão de Caxias. ANS representada por L.Coelho;





29ABR – Reunião na sede social, preparação da Sessão/Debate a realizar a 27 de maio na Casa do Alentejo, em Lisboa. Presentes F.Grenho e L.Coelho;
29ABR – Promovida pela ASPP/PSP, no Palácio Vila Flor, em Guimarães, cerimónia do 37º aniversário do chamado “Secos e Molhados”. ANS representada por F.L.Silva;



29ABR – Promovida pela Associação Pupilos do Exército, na sua sede social, em Lisboa, conferência “25 de Abril, ADN de Liberdade”. ANS representada por J.Mata;



30ABR – Promovida pela APG-GNR, nas instalações dos Serviços Sociais da GNR, na Costa de Caparica, cerimónia alusiva

ao 35º aniversário da APG/GNR. ANS representada por J.Mata;
06MAI – 15ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social, em Lisboa e via vídeo;
08MAI – Concerto da Primavera, do Exército, na Aula Magna, em Lisboa. ANS representada por J.Mata;
09MAI – Cerimónia alusiva ao 42º aniversário da Delegação nº 1 do Clube do sargento da Armada, no Feijó. ANS representada por J.Galvão.

À hora do fecho desta edição do jornal “O Sargento” estão em agendamento cerimónias a promover pelo IASFA, audiências com chefes militares e com outras entidades institucionais. Realçamos a iniciativa que se prepara para acontecer na região de Leiria/Monte Real, que merece todo o apoio aos camaradas que a promovem. Estão também em preparação reuniões com as demais APM, com estruturas representativas das forças de segurança, bem como diversas iniciativas no âmbito da actividade associativa, tudo contribuindo para encontrar formas de responder aos anseios e solicitações dos Sargentos.

Estão ainda em perspectiva e preparação as comemorações 37º aniversário da ANS e 35º deste nosso jornal.

Destas actividades e iniciativas daremos conta na próxima edição. ▲

Diana Santos - Primeira Mulher Recuperadora-Salvadora



Fotos – Força Aérea

A Segundo-Sargento Diana Santos é a primeira mulher a alcançar a qualificação de Recuperador-Salvador na Força Aérea Portuguesa.

A camarada Diana Santos superou, com sucesso, um exigente processo de qualificação operacional, caracterizado por um elevado nível de exigência física,

técnica e psicológica, e integra, agora, o efectivo responsável pelas missões de busca e salvamento na Força Aérea.

À nossa camarada Diana Santos, a ANS e o jornal “O Sargento” endereçam as melhores felicitações e fazem votos de muito sucesso nas futuras missões, “para que outros vivam”! ▲



Fotos – Força Aérea

Carta ao Director

HFAR - Um dia normal

Precisava de confirmar uma informação junto do serviço de anestesiologia, no HFAR-PL (Hospital das Forças Armadas – Polo de Lisboa).

Fui ao H04 onde são as consultas de cirurgia. Pensei, mal, culpa minha que sou leigo, que a consulta de anestesiologia fosse junto às de cirurgia.

No H04 a funcionária administrativa, informou-me que era no H07.

Chegado ao H07, no piso indicado pela sinalética, tirei uma senha e esperei 15 minutos. Nada mau. A máquina das senhas estava operativa. Aproveitei para matar saudades de um camarada que ali aguardava pela consulta e que eu não via há anos. Quando fui atendido, a funcionária administrativa disse-me que há cerca de um ano que as consultas de anestesiologia já não eram ali. Eu referi que as placas identificadoras na entrada e na escada do edifício indicam que são ali. Ela responde-me, como quem já deu aquela explicação centenas de vezes, que não estavam actualizadas, pedindo-me desculpa pelo incómodo, apesar de não ter qualquer culpa ou responsabilidade nisso, digo eu. Agradei a informação e o cuidado.

Encaminhou-me para o edifício H01, para onde me dirigi.

Chegado ao H01, onde não existe qualquer identificação sobre a existência do serviço de anestesiologia, encontro o guichet das administrativas fechado e um aviso que os assuntos administrativos são tratados no edifício H03, piso 0. Meia-volta, voltar!

Procurando o edifício H03 e não encontrando indicação (a placa H03 está colocada num local alto, fora da linha visual dos transeuntes no passeio junto ao edifício) pedi a ajuda a um segurança que me indicou que o edifício H03 é o edifício central. Ahhh... Muito obrigado... Já lá tinha passado...

Lá fui para o H03. Cheguei lá, a máquina das senhas tinha um papel a tapar metade do ecrã, a funcionar de modo limitado (talvez tenha um sistema de redundâncias equiparável ao do NRP Mondego, de má memória, que lhe permite “operar em modo muito degradado”), mas consegui tirar a senha. Fiquei à espera da chamada no corredor. Na sala de espera só um dos monitores de chamada está operativo. Mais 15 minutos a aguardar. Parece ser da ordem...

Enquanto esperava, deu para perceber que o apoio administrativo nas zonas da urologia e o da estomatologia, se encontravam encerrados. Já não têm ninguém a trabalhar lá. Porque será?

Fui chamado para o guichet 1. A senhora que me atendeu, depois de alguma confusão, disse-me que a colega do guichet 4 é que poderia responder ao meu pedido. Não foi preciso tirar outra senha. A senhora disse-me para aguardar junto ao guichet 4, para que o paciente que lá se encontrava a ser atendido terminasse. Assim fiz. Mais 10 minutos. Expliquei a situação, pela quarta vez. Depois de um telefonema para o serviço de anestesiologia, a senhora, sempre amável e solícita, lá me deu a resposta que eu pretendia.

Não foi fácil... O sistema informático estava lento, uma queixa comum e frequente nos vários serviços por onde fui passando e que torra a paciência a toda a gente. Médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, funcionários administrativos todos se queixam do mesmo. E, é claro, a espera enerva, pois, os atrasos vão acumulando o serviço.

Máquinas de senhas em estado total ou parcialmente inoperativo encontram-se um pouco por todo o lado. Também não ajuda...

Portas de acesso a pisos bloqueadas, cortando caminhos de evacuação, para transformar corredores em salas de espera improvisadas, também se vão encontrando.

Áreas divididas por paredes em “peladur” para fazer novos gabinetes ou salas, também se encontram aqui e ali...

Na volta que dei ao hospital sempre deu para perceber que nasceu mais uma ala junto às urgências, feita com contentores, claro, provavelmente provisórios ou temporários como aqueles que se foram instalados na zona interior do edifício central, sim, o H03, desde a altura da criação do HFAR... e lá continuam...

No edifício da cardiologia/CMA, também foi instalado, já há mais tempo, um contentor para atendimento dos utentes e sala de espera.

Em frente à farmácia, que também não foi concebida para o ser? Sim, mais contentores.

Ao lado da messe? Sim, acertaste. Contentores.

E assim vão nascendo contentores, aqui e ali, como cogumelos, enquanto a área vedada com tapumes e umas lindas fotos, já desvanecidas pela erosão dos tempos, do que virá a ser esse “*ex-futuro novo edifício*”, continua a aguardar a sua construção e a acumular mato que já se vê por cima do tapume...

Contentores e “peladur” ... Assim vai “crescendo” o nosso HFAR.

Também há boas notícias!

Foi adquirido um moderno robot para cirurgias e, ouvi dizer, uma máquina para ressonâncias magnéticas. Muito bom.

Também o Sindicato Independentemente dos Médicos anunciou em comunicado que chegou a acordo com o Ministério da Defesa Nacional para o desbloqueamento das carreiras dos médicos civis militares, uma injustiça que permanecia há mais de uma década.

Uma boa “remotivação” para estes profissionais.

Este é um bom caminho. Valorização das pessoas. Assim se possa estender aos demais profissionais das Forças Armadas...

Leitor devidamente identificado

